

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.285 - PR (2019/0256833-8)

RELATORA : MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND - PR042761
AGRAVADO : OLINDO FRAZETO
AGRAVADO : SUZETE APARECIDA SIRICO
AGRAVADO : ITALO RAFAEL SIRICO
AGRAVADO : DEVANIR BATISTA SIRICO
AGRAVADO : WILLIAN RENAN SIRICO
AGRAVADO : DORACI RODRIGUES PERMONIAN
AGRAVADO : TERESA FRANCISCO DE OLIVEIRA
AGRAVADO : JOSE RUBENS RODRIGUES
AGRAVADO : MARIA DE LOURDES LOPES GUZZI
AGRAVADO : NELSON RODRIGUES LOPES
AGRAVADO : HELIO RODRIGUES LOPES
AGRAVADO : EDNA RODRIGUES LOPES
AGRAVADO : ZENEIDE RODRIGUES LOPES FERRO
AGRAVADO : SERGIO RODRIGUES LOPES
AGRAVADO : IRENE RODRIGUES LOPES CRUZ
AGRAVADO : ROBERTO APARECIDO LOPES
AGRAVADO : MARCIA APARECIDA PRADO AZEVEDO LOPES
AGRAVADO : OLIVIA DE MATOS DA SILVA
AGRAVADO : AROLDO JOSE DA SILVA
AGRAVADO : ISAUINO CARDOSO SANTANA
AGRAVADO : JOCELINA MARIA MOREIRA
AGRAVADO : JACONIAS CARDOSO SANTANA
AGRAVADO : SEBASTIAO CARDOSO SANTANA
AGRAVADO : OTELINA MARIA DE JESUS
AGRAVADO : MARIA TIODORA DE JESUS FARIAS
AGRAVADO : VALDEMAR CARDOSO SANTANA
AGRAVADO : ANIETA LINA DE OLIVEIRA
AGRAVADO : MARIA LOURDES DE JESUS MARTINS
AGRAVADO : MARIA APARECIDA DE JESUS
AGRAVADO : ZILDETE LINA DE JESUS
AGRAVADO : TEREZA LINA DE JESUS
AGRAVADO : ISAURA LINA DE JESUS
AGRAVADO : ILSO VALVASSORA DE OLIVEIRA
AGRAVADO : JOSE VALVASSORA DE OLIVEIRA
AGRAVADO : MAURILIO BRAZ DE OLIVEIRA
AGRAVADO : MAURICIO BRAZ DE OLIVEIRA
AGRAVADO : ODILIA DE OLIVEIRA PIM
AGRAVADO : IONICE BRAZAO BARETTO
AGRAVADO : ANTONIO BRAZAO NETTO
AGRAVADO : NILSA MARIA BRAZAO DO NASCIMENTO
AGRAVADO : MARIA GERTRUDES BRAZAO MARQUES
AGRAVADO : ANTONIA GOMES MARCENICHEN
AGRAVADO : APARECIDA CAVALLEIRO GOMES

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVADO : ANTONIO GOMES CAVALLEIRO
AGRAVADO : HELENA GOMES CAVALHEIRO
AGRAVADO : MARIA ROSA ROMERO CAVALHEIRO
AGRAVADO : CARLOS ROBERTO GOMES CAVALHEIRO
AGRAVADO : LAERCIO GOMES CAVALHEIRO
AGRAVADO : SERGIO GOMES CAVALHEIRO
AGRAVADO : SIRLEI GOMES MARTINS
AGRAVADO : VILMA APARECIDA GOMES CAVALHEIRO DIAS NUNES
AGRAVADO : MARLENE CAMELO BRUNHARI
AGRAVADO : DARCI DA CONCEICAO LAVORATTI
OUTRO NOME : SUELI CAMELO
AGRAVADO : ADEMIR CAMELO
AGRAVADO : AMAURY CAMELO
AGRAVADO : SHIRLEY CAMELO
AGRAVADO : VANDERLEI BONANI
AGRAVADO : ILDA ANHOLETO BONANI
AGRAVADO : SONIA APARECIDA BONANI COZER
AGRAVADO : SANDRA REGINA BONANI DIOTO
AGRAVADO : VANDERCI APARECIDO BONANI
AGRAVADO : JACINTO PERMONIAN
AGRAVADO : MARLENE FERRIS LOPES
AGRAVADO : DERCI FERRO
AGRAVADO : LUCENIR BRITTI LOPES
AGRAVADO : WILSON GOMES CRUZ
AGRAVADO : MARIA ODETE DOS SANTOS
ADVOGADO : KENJI DELLA PRIA HATAMOTO - PR035727

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por BANCO DO BRASIL SA contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: ausência de indicação dos acórdãos paradigmas para ilustrar a divergência, ausência/deficiência de cotejo analítico, Súmula 83/STJ e Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os referidos fundamentos.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, Relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente